



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE**  
**"INFRAESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA EVENTOS NO PAÇO DE GIELA"**  
**ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL PREDILETHES – CONSTRUÇÕES, LDA,**  
**DE PONTE DE LIMA [PO 230/2017].** -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **28 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, residente no lugar de Aldeia, Couto, deste concelho, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 14 de agosto de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Paulo Jorge Machado Nunes**, titular do cartão de cidadão nº 11029806 3ZY2, válido até 17-10-2018, casado, residente na Rua de Coelheira, n.º 460, freguesia de Feitosa, concelho de Ponte de Lima, que outorga, na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este ato, em representação da sociedade por quotas denominada "**PREDILETHES – CONSTRUÇÕES, LDA**", com sede na Rua do Olhinho, n.º 81, freguesia de São Pedro de Arcos, concelho de Ponte de Lima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponte de Lima, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **505 154 870**, com o capital social de € 500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

----- **Primeira** -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **14 de agosto de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Ajuste Direto, nos termos do

*Paulo H. 2*

artigo 19.º e 124.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"INFRAESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA EVENTOS NO PAÇO DE GIELA"**. -----

Pela referida deliberação camarária de 14 de agosto de 2017 foi ainda aprovada a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no art.º 98.º, n.º 2 do CCP. -----

----- **Segunda** -----

O preço contratual é de **€ 84.262,07 (oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e dois euros e sete cêntimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 5.055,72** (cinco mil e cinquenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos). -----

----- **Terceira** -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respetiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **30 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- **Quarta** -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- **Quinta** -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- **Sexta** -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

Paulo de 1

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F09 – Arranjos exteriores.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte, na qual tem cabimento adequado: -----

Classificação orgânica – Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; -----

**Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 03** – Edifícios; e **Alínea 07** – Outros. -----

Classificação Funcional – **2510301.** -----

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato **não está** sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Segunda** -----

**1 – Fazem parte integrante deste contrato:** -----

Paulo de S

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ---

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; -----

d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

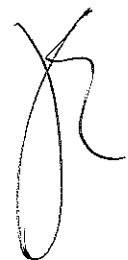
----- **Décima Quarta** -----

**O segundo outorgante declara aceitar**, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

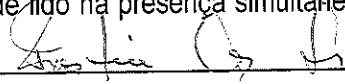
----- **Décima Quinta** -----

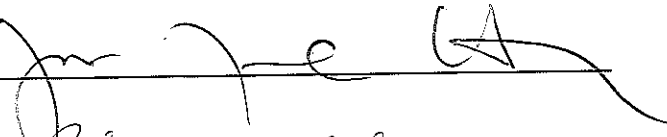
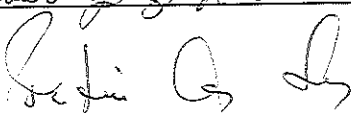
Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **13-06-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte de Lima, em **26-06-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº **36432-PUB**, válido por tempo indeterminado; d)



Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 2125-2331-5381, subscrita em 13-04-2017 e válida até **13-04-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram igualmente verificadas a qualidade e a suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste ato. -----

  
Paulo Jorge Helder Russo  


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **139/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **50/2017**